

## **Brasil Energia**

### **Expectativa para MP do Bem**

Antonio Carlos Sil

A votação dos destaques da MP do Bem nesta quarta-feira (24/8), no Congresso Nacional, é mais uma oportunidade para o setor elétrico tentar encaixar suas proposições de desoneração tarifária. Depois disso, só haverá mais uma chance quando a matéria seguir para o Senado, segundo informou **Claudio Sales, presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica.**

Ontem, durante a votação do relatório do deputado Custódio Matos (PSDB-MG), relator da MP do Bem, na Câmara, somente um item teve acolhida. As concessionárias poderão, em princípio, contar com o fator de depreciação de ativos compatível com outros setores industriais, esclareceu o dirigente, durante palestra realizada hoje no IX Simpósio Jurídico-Tributário, promovido pela ABCE.

A movimentação em torno da redução da carga tributária na tarifa de energia elétrica, destacou **Sales**, tomou tamanha proporção que conseguiu unir as 13 principais entidades representativas do setor elétrico, que costumam atuar independentemente, em um esforço conjunto. "Essa coesão nos foi cobrada pelos parlamentares."

O presidente da **CBIEE** disse que o mesmo grupo está trabalhando junto a Frente Parlamentar de Defesa de Infra-Estrutura, iniciativa suprapartidária que deverá ter peso de atuação muito importante nas votações. Está previsto para a primeira semana de setembro, acrescentou **Cláudio Sales**, a apresentação na Câmara dos Deputados de um estudo encomendado à Consultoria PricewaterhouseCoopers e que pretende revelar com maior precisão o peso real da carga tributária sobre o setor elétrico.

Entre os principais pleitos do setor em relação a MP do Bem também constam: retorno à regra anterior de cobrança do PIS/Cofins; isenção de IPI e PIS/Cofins para novos projetos e manutenção da alíquota de 3,65% de PIS/Cofins em contratos já firmados.